



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

RECLAMAÇÃO (1342) Nº 0600666-74.2022.6.00.0000 (PJe) – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

RELATOR: MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI

RECLAMANTE: EURÍPEDES GOMES DE MACEDO JUNIOR

ADVOGADOS: ISRAEL NONATO DA SILVA JÚNIOR (OAB/DF 16771) E OUTROS

RECLAMADO: MARCUS VINÍCIUS CHAVES DE HOLANDA

DECISÃO

Trata-se de reclamação, com pedido de tutela de urgência liminar, ajuizada por Eurípedes Gomes de Macedo Júnior, objetivando que seja declarada a nulidade do acórdão proferido no julgamento conjunto das APCs 0704028-97.2020.8.07.00019 e 0736397-47.2020.8.07.0001, bem como de todos os atos que dependerem do ato reclamado, de forma a ordenar “à 8ª Turma Cível do TJDFT que remeta os autos para julgamento do Tribunal Superior Eleitoral” (pág. 2 do ID 157866164).

Narra que, até o dia 8/3/2022, era o Presidente do Diretório Nacional do PROS e, quando já iniciado o processo eleitoral, a 8ª Turma Cível do TJDFT reformou sentença proferida nas referidas ações, cassando todos os atos judiciais a ele favoráveis, para declarar Marcus Vinícius Chaves de Holanda presidente da agremiação em comento.

Alega que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT, ao proferir o referido acórdão, usurpou a competência deste Tribunal Superior, considerando os reflexos no processo eleitoral advindos do referido julgamento.

Isso porque: (i) a resistência de Marcus Vinicius Chaves de Holanda em não reconhecer o ora reclamante “como Presidente do partido tem impactos diretos no processo eleitoral, com consequências irreversíveis, como a invalidade das convenções para escolha de candidatos e formação de coligações”; e (ii) a nulidade das convenções podem ensejar “o indeferimento das candidaturas, impedindo o Partido Republicano da Ordem Social de ter candidatos eleitos, de participar de coligações e de superar a cláusula de barreira da EC 97/2017” (pág. 2 do ID 157866164).

Informa que a causa de pedir e o pedido da presente reclamação não são idênticos aos da Rcl 0600629-47 – por ele ajuizada em 29/7/2022 e na qual foi formulado pedido de desistência no dia 1º/8/2022 –, considerando que:

“a presente reclamação se baseia em fatos supervenientes, como a ata da Convenção Nacional realizada em 31.7.2022 e as decisões dos Ministros Jorge Mussi e Antonio Carlos Ferreira, proferidas, respectivamente, em 31.7.2022 e 3.8.2022 nos autos da Pet 15.280/DF” (pág. 4 do ID 157866164).

Defende que, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, “qualquer divergência partidária interna que ocorrer ou tiver consequências no período eleitoral possui o condão de impactar na competição eleitoral”, bem como afirma que “compete à Justiça Eleitoral processar e julgar as controvérsias internas de partido político sempre que delas advierem reflexos no processo eleitoral” (págs. 5 e 6, respectivamente, do ID 157866164).

Cita os seguintes precedentes deste Tribunal Superior: REspe 103-80/RN, Rel. Min. Luiz Fux; AgR-MS 0601345-45/ES, Rel. Min. Luis Felipe Salomão; AgR-MS 0600327-86/ES, Rel. Min. Luís Roberto Barroso; REspe 0600723-28/MT, Rel. Min. Edson Fachin; AgR-REspe 448-33/MA, Rel. Min. Herman Benjamin; bem como do Superior Tribunal de Justiça: CC 148.963/BA, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva.

Assevera ser patente o dano irreparável no caso, considerando que as convenções partidárias terminam no dia 5/8/2022, e que, em razão do ato

reclamado: (i) estaria impossibilitado de influenciar na escolha de candidatos e na formação de coligações; (ii) “não pode definir normas para garantir a igualdade de chances na distribuição dos recursos do Fundo Eleitoral” (pág. 13 do ID 157866164) do Diretório Nacional do PROS referentes a R\$ 91.407.652,36.

Pontua ser “preciso declarar com urgência a competência do TSE para garantir segurança jurídica não só para os candidatos do partido, como para o processo eleitoral, evitando-se decisões conflitantes no Poder Judiciário” (pág. 13 do ID 157866164).

Requer, por fim:

“(1) liminarmente, a concessão de tutela de urgência para suspender os efeitos do ato reclamado, bem como de todos os atos que dele dependerem, ordenando-se o imediato retorno do reclamante ao cargo de Presidente do Diretório Nacional do PROS, até o julgamento final da presente reclamação;

(2) a citação de Marcus Vinícius Chaves de Holanda, beneficiado pelo ato reclamado, para oferecer contestação;

(3) a procedência da reclamação para declarar a nulidade do acórdão proferido no julgamento conjunto das APCs 0704028-97.2020.8.07.00019 e 0736397-47.2020.8.07.0001, bem como de todos os atos que dependerem do ato reclamado, ordenando-se à 8ª Turma Cível do TJDFT que remeta imediatamente os autos para julgamento do Tribunal Superior Eleitoral.” (pág. 16 do ID 157866164).

É o breve relatório. Decido.

Cumprido anotar, inicialmente, que, conforme certidão de ID 157866027, os autos foram a mim distribuídos por sorteio e, na sequência, por prevenção, em virtude da existência da Rcl 0600629-47.2022.6.00.0000, razão pela qual não há dúvidas quanto à minha relatoria.

Como se sabe, a concessão de tutela de urgência somente poderá ocorrer quando estiverem preenchidos os requisitos da probabilidade de êxito e perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos termos do art. 300 do CPC/2015.

Nesta reclamação pretende-se o reconhecimento de que o TJDFT teria usurpado a competência deste Tribunal Superior ao julgar, em março deste ano, as APCs 0704028-97.2020.8.07.00019 e 0736397-47.2020.8.07.0001.

De fato, no exame perfunctório próprio das medidas urgentes, vislumbro assistir razão ao reclamante quanto ao ponto.

Isso porque, a jurisprudência deste Tribunal Superior, desde o julgamento do Mandado de Segurança Cível 0601453-16.2016.6.00.0000, de relatoria do Ministro Luiz Fux, é no sentido de que a Justiça Eleitoral possui competência para apreciar as controvérsias internas de partido político, no período de um ano antes da eleição, sempre que delas advierem reflexos na esfera jurídica dos participantes do prélio.

No que importa, transcrevo trecho da ementa do referido julgado:

- “1. A Justiça Eleitoral possui competência para apreciar as controvérsias internas de partido político, sempre que delas advierem reflexos no processo eleitoral, circunstância que mitiga o postulado fundamental da autonomia partidária, ex vi do art. 17, § 1º, da Constituição da República – cânone normativo invocado para censurar intervenções externas nas deliberações da entidade –, o qual cede terreno para maior controle jurisdicional (Precedente: TSE – ED-AgR-REspe nº 23913, Min. Gilmar Mendes, 26/10/2004).
2. Os atos *interna corporis* dos partidos políticos, quando potencialmente revelem riscos ao processo democrático e lesão aos interesses subjetivos envolvidos (suposto ultraje a princípios fundamentais do processo) não são imunes ao controle da Justiça Eleitoral, sob pena de se revelar concepção atávica, inadequada e ultrapassada: em um Estado Democrático de Direito, como o é a República Federativa do Brasil (CRFB/88, art. 1º, caput).
3. As discussões partidárias não podem situar-se em campo que esteja blindado contra a revisão jurisdicional, adstritas tão somente à alçada exclusiva da respectiva grei partidária, porquanto insulamento extremo é capaz de comprometer a própria higidez do processo político eleitoral, e, no limite, o adequado funcionamento das instituições democráticas.
4. O processo eleitoral, *punctum saliens* do art. 16 da Lei Fundamental de 1988, em sua exegese constitucionalmente adequada, deve ser compreendido em seu sentido mais elástico, iniciando-se um ano antes da data do pleito, razão pela qual qualquer divergência partidária interna tem, presumidamente, o condão de impactar na competição eleitoral.
5. A dinâmica eleitoral não se inicia apenas formalmente na convenção partidária: há movimentos políticos de estratégia que ocorrem antes, pela conjugação e harmonização de forças, como é notório, e notoria *non egent*

probationem, por isso que esse fato não pode ser simplesmente desconsiderado na identificação da razão subjacente ao art. 16.

6. A *mens legis* do art. 16 da Constituição de 1988 proscribe a edição de normas eleitorais *ad-hoc* ou de exceção, sejam elas de cariz material ou procedimental, com o propósito de obstar a deturpação casuística do cognominado devido processo legal eleitoral, capaz de vilipendiar a igualdade de participação e de chances dos partidos políticos e seus candidatos”.

Destaca-se que, naquela oportunidade, esta Corte de Justiça estabeleceu que o processo eleitoral, com fundamento no art. 16 da Constituição da República, inicia-se **um ano antes da data do pleito**, “razão pela qual qualquer divergência partidária interna tem, presumidamente, o condão de impactar na competição eleitoral”.

Na espécie, ao analisar os fundamentos do acórdão proferido pela 8ª Turma Cível do TJDF na Apelação 0736397-47.2020.8.07.0001, tem-se a indicação de que teria havido a violação da competência do Tribunal Superior Eleitoral.

Com efeito, o pronunciamento da Corte local foi publicado no DJe de 11 de março de 2022 (pág. 228 do ID 157866183), dentro, portanto, do período de um ano que antecede as próximas eleições gerais.

A data de publicação, inclusive, precedeu o termo final estabelecido pelo art. 7º, § 1º, da Lei 9.504/1997 para que os órgãos de direção nacional, conduzidos por seus respectivos presidentes, estabelecessem normas para a escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações.

Observo, ainda, que o Relator do processo no Tribunal de Justiça firmou, em capítulo próprio do seu voto, a competência da Justiça Comum, apoiando-se apenas na regra geral, segundo a qual os conflitos intrapartidários, não relacionados à eleição, não competem à Justiça Eleitoral.

Diante desse quadro, há plausibilidade na alegação do ora reclamante, no sentido de que o acórdão do TJDF, à revelia da Justiça Eleitoral, teria influenciado em temas estritamente relacionados às eleições gerais de 2022, a

exemplo da escolha dos candidatos, da formação de coligações e da distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas.

Além disso, a circunstância de terem sido proferidas decisões contraditórias pelo Superior Tribunal de Justiça, que alteraram a composição partidária em um espaço de três dias, militam a favor do reclamante, ante o quadro de instabilidade e insegurança jurídica que se cria no cenário das eleições gerais, especialmente quando a legislação processual busca garantir segurança jurídica, proteção à confiança e preservação da estabilidade das relações jurídicas.

No tocante ao risco da demora, tenho que este se encontra evidenciado ante a iminência do fim do prazo para a realização das convenções partidárias, nos termos do Calendário Eleitoral (Res.-TSE 23.674/2021).

Dessa forma, verifico a presença dos requisitos para a concessão de medida liminar, reservando-me ao exame mais aprofundado da demanda por ocasião do julgamento do mérito.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 300 e 989, II, do Código de Processo Civil e no art. 15 do RITSE, defiro parcialmente a liminar, *ad referendum* do Plenário, exclusivamente para suspender os efeitos do acórdão reclamado e a tramitação das APCs 0704028-97.2020.8.07.00019 e 0736397-47.2020.8.07.0001, determinando o retorno imediato do reclamante Eurípedes Gomes de Macedo Junior ao cargo de Presidente do Diretório Nacional do Partido Republicano da Ordem Social, até o julgamento final desta reclamação.

Comunique-se com urgência, transmitindo-se cópia desta decisão ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Na sequência, à Secretaria Judiciária para que observe o disposto no art. 3º da Res.-TSE 23.598/2019.

Publique-se.

Brasília, 5 de agosto de 2022.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Relator